

# ÍNDICE

Agradecimentos .....	9
Nota prévia .....	11
Prefácio de <i>Daniel Mitidiero</i> .....	13
Abreviaturas .....	19
Introdução .....	23

## CAPÍTULO 1

### INTRODUÇÃO E HISTÓRIA DA MANDAMENTALIDADE NA TRADIÇÃO JURÍDICA LUSO-BRASILEIRA. DOS INTERDITOS ÀS ORDENS

1. Noções introdutórias .....	27
2. A mandamentalidade na experiência jurídica romana .....	33
2.1. <i>Praetor e iudex</i> .....	33
2.2. <i>Imperium e iurisdictio</i> .....	36
2.3. <i>Actio e interdictum</i> .....	43
3. A mandamentalidade na experiência jurídica luso-brasileira .....	54
3.1. Elaboraões do <i>ius commune</i> .....	54
3.2. A conservação dos preceitos de natureza interdital na tradição luso-brasileira .....	63

3.3. A mandamentalidade como meio de proteção do cidadão em face da administração pública no Brasil independente .....	70
3.4. Marchas e contramarchas da mandamentalidade no direito processual civil brasileiro do século XX .....	80
4. Conclusões parciais.....	83

## CAPÍTULO 2

### A MANDAMENTALIDADE NO CONTEXTO DAS PROPOSTAS DE CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES E DAS SENTENÇAS. DA ALEMANHA AO BRASIL?

1. A classificação tradicional das ações e das sentenças na doutrina processual civil.....	86
1.1. Doutrina de base romanista na época do Praxismo.....	86
1.2. Doutrina clássica europeia .....	96
2. Visões que reconhecem a mandamentalidade .....	103
2.1. Georg Kuttner e James Goldschmidt.....	103
2.2. Pontes de Miranda.....	107
3. Outras formulações a respeito da mandamentalidade na doutrina brasileira .....	120
3.1. A mandamentalidade como atributo da ação ou da sentença .....	120
3.2. A mandamentalidade como forma de tutela jurisdicional .....	140
4. Visões que questionam a mandamentalidade.....	143
4.1. No âmbito da doutrina europeia .....	143
4.2. No âmbito da doutrina brasileira .....	144
5. Conclusões parciais.....	158

## Capítulo 3

### ESSÊNCIA DA MANDAMENTALIDADE. DA TÉCNICA PROCESSUAL À TUTELA DOS DIREITOS

1. Objeto da mandamentalidade: da classificação das ações às formas de tutela jurisdicional .....	161
1.1. Rejeição da perspectiva da ação material .....	162

1.2. Rejeição das perspectivas da pretensão processual, da “ação” processual e do remédio jurídico processual .....	170
1.3. Adoção da perspectivas da sentença e da tutela jurisdicional ...	171
2. Natureza e autonomia da mandamentalidade.....	184
2.1. Considerações iniciais.....	184
2.2. Mandamentalidade e declaração.....	185
2.3. Mandamentalidade e constituição .....	187
2.4. Mandamentalidade e condenação .....	189
2.5. Mandamentalidade e execução .....	194
2.6. Características da tutela jurisdicional mandamental .....	200
3. Aplicações da mandamentalidade: das formas de tutela jurisdicional à tutela dos direitos. ....	216
3.1. Tutela jurisdicional, direito material e processo: necessidades, funções, formas e técnicas de tutela jurisdicional .....	216
3.2. Das necessidades do direito material e das funções da tutela jurisdicional.....	221
3.3. As funções da tutela jurisdicional mandamental perante o direito material .....	226
3.4. Funções inibitória, reconstitutiva e compulsória no campo publicístico .....	229
3.5. Funções inibitória, reconstitutiva, compulsória e ressarcitória na forma específica no campo do Direito Privado.....	231
4. Conclusões parciais.....	235
CONCLUSÕES GERAIS.....	237
BIBLIOGRAFIA .....	241